

Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

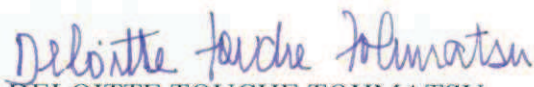
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em fase de construção do Projeto Nova Transnordestina e apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 206.422 mil em 31 de dezembro de 2015. A conclusão deste projeto depende de recursos de seus acionistas e de terceiros. De acordo com as projeções da Administração, os valores investidos neste projeto serão absorvidos pelos resultados de operações futuras. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações e não incluem nenhum ajuste relacionado ao assunto acima. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 28 de março de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE


Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/0-8 "T" BA

Relatório da Administração 2015

Contatos:

*Fernanda Cavalcante Albuquerque
Gerente de Finanças e Controladoria*

*João Dhiago Freire de Menezes
Coordenador de Controladoria*

*Luiz Fernando Santos Vieira
Analista de Controladoria*

Av. Francisco Sá, 4.829
Álvaro Wayne
60.335-195 - Fortaleza – CE.

Fone: 55-85-4008-2500

A Transnordestina Logística S.A (TLSA) - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008 e em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e TLSA.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km e um "funding" aprovado de R\$ 7,5 Bilhões, base abr/12. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0 % sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5 % sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 Bilhões.

A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

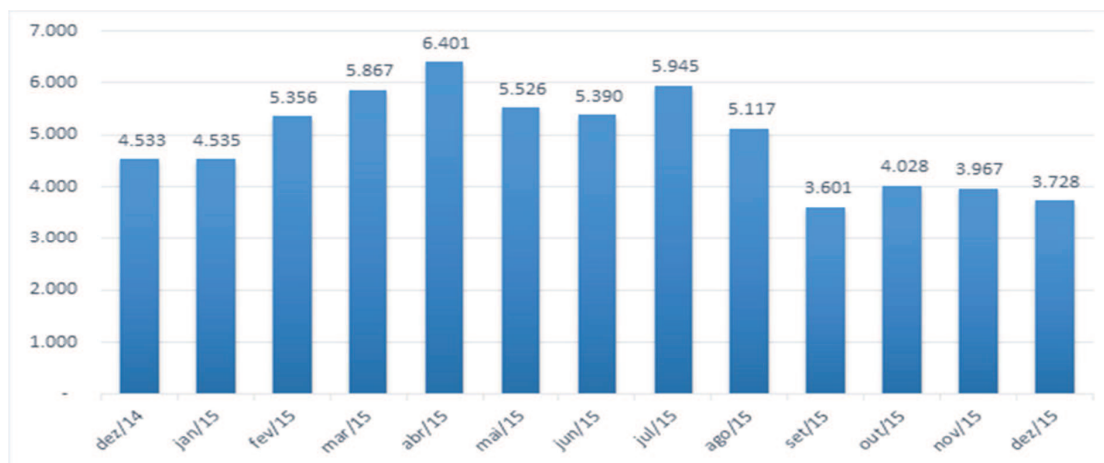
Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2015.

As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste ano de 2015 compete destacar:

- Atualmente a obra possui 1.690 equipamentos de grande porte, mobilizados, além de um quadro total de 3.728 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



Obs.: O quantitativo de set/15, retrata queda **pontual** devido a substituição de empresa mobilizada no trecho Eliseu Martins – Trindade (EMT).

INVESTIMENTOS

Somente no Projeto Transnordestina foram investidos em 2015 um montante de R\$ 841,5 milhões e no mesmo período em 2014 R\$ 512,4 milhões.

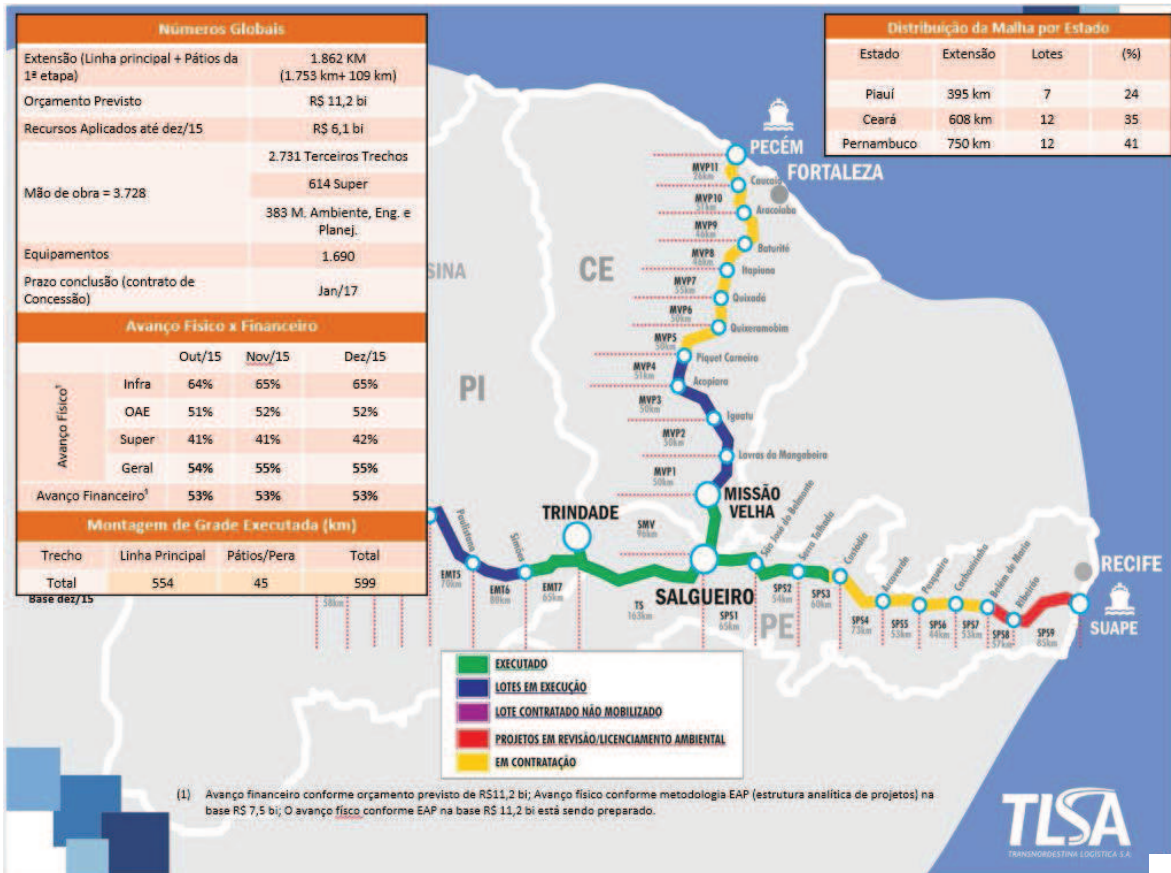
O investimento acumulado no projeto Transnordestina é de R\$ 6,110 Bilhões.

O avanço físico global atingiu a marca de 55% de avanço e já conta com 599 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados;
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km, foram retomadas em novembro/14 nos quatro primeiros lotes – MVP 01 ao 04 - totalizando 200 km em construção, com avanços de 19% em Infraestrutura e 9% em OAE;
- As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados;
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, estão sendo executadas em todos os lotes do trecho, e representam um avanço total de 65% de infraestrutura, 51% de OAE e 28% de Superestrutura;
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, estão com um avanço total de 49%, com 306 km de obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05. Os lotes SPS-01 e SPS- 02 estão concluídos. O lote SPS-03 está 99% executado, restando apenas a implementação dos últimos 0,6 km, devido embargo judicial existente no início do lote SPS-04 (questões ligadas o desvio da Igreja de Custódia – tombada pelo IPHAN). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde que se encontra finalizada. Demais lotes estão em processo de contratação e/ou revisão do projeto de Engenharia (SPS-08 / Barragem de Serro Azul e SPS-09 / Variante para que ferrovia não intercepte núcleos urbanos);

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente ao ano 2015:

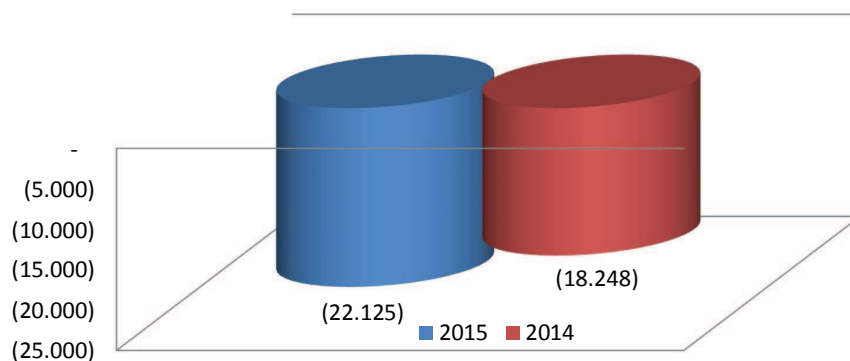


PESSOAL

O número de colaboradores da TLSA em 2015 foi de 635 pessoas, no mesmo período do ano anterior esse número era 320 pessoas. Esse aumento é devido a primarização da Sumont, principalmente, em Recife.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Como a empresa está em fase pré-operacional, todos os desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive àqueles referentes à Engenharia do Proprietário e Mão de Obra Própria.



Em R\$ mil	2015	2014
Lucro líquido do exercício	(51.172)	(43.825)
(+) Tributos sobre o lucro	-	-
(+) Despesas financeiras líquidas das receitas financeiras	18.309	15.383
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	2.168	2.188
LAJIDA (EBITDA)	<u>(30.695)</u>	<u>(26.254)</u>
(+) Outras receitas e despesas operacionais	8.570	8.006
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	<u><u>(22.125)</u></u>	<u><u>(18.248)</u></u>

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 22.125 mil negativos em 2015. No mesmo período de 2014 o EBITDA ajustado foi de R\$18.248 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

Transnordestina Logística S.A.
 ("Empresa em Fase de Construção")
 BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.977	511.586	Fornecedores	11	211.662	57.419
Estoques	6	649	298	Empréstimos e financiamentos	12	37.165	34.558
Impostos a recuperar	7	5.556	612	Impostos e contribuições a recolher		2.928	12.169
Despesas antecipadas	8	122	4.723	Partes relacionadas	9	-	145.354
Outras contas a receber		4.596	8.466	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	27.643	13.905
Total dos ativos circulantes		<u>86.900</u>	<u>525.685</u>	Outras contas a pagar		12.361	6.960
				Debêntures	13	1.563	1.499
NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		<u>293.322</u>	<u>271.864</u>
Aplicações financeiras	5	137.771	128.839				
Partes relacionadas	9	29.579	11.475	NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	14	25.755	14.840	Empréstimos e financiamentos	12	607.698	616.779
Impostos a recuperar	7	139.561	123.146	Debêntures	13	3.724.752	3.502.764
Imobilizado	10	7.009.515	5.757.372	Partes relacionadas	9	356.011	104.253
Intangível		5.771	7.939	Adiantamento para futuro aumento do capital	9	220.000	3.229
Total dos ativos não circulantes		<u>7.347.952</u>	<u>6.043.611</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>4.908.461</u>	<u>4.227.025</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>7.434.852</u></u>	<u><u>6.569.296</u></u>	Capital social	15	2.896.505	2.682.671
				Prejuízos acumulados		(663.436)	(612.264)
				Total do patrimônio líquido		<u>2.233.069</u>	<u>2.070.407</u>
				TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>7.434.852</u></u>	<u><u>6.569.296</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transnordestina Logística S.A.

("Empresa em Fase de Construção")

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	16	(24.293)	(20.436)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	<u>(8.570)</u>	<u>(8.006)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(32.863)	(28.442)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	3.114	3.725
Despesas financeiras	17	<u>(21.423)</u>	<u>(19.108)</u>
		(18.309)	(15.383)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(51.172)</u>	<u>(43.825)</u>
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(1,2933)	(1,2159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transnordestina Logística S.A.
 (“Empresa em Fase de Construção”)
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.282.671	(568.439)	1.714.232
Aumento de capital		400.000	-	400.000
Prejuízo do exercício		-	(43.825)	(43.825)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		<u>2.682.671</u>	<u>(612.264)</u>	<u>2.070.407</u>
Aumento de capital	15	213.834	-	213.834
Prejuízo do exercício		-	(51.172)	(51.172)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		<u>2.896.505</u>	<u>(663.436)</u>	<u>2.233.069</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transnordestina Logística S.A.
 (“Empresa em Fase de Construção”)
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(51.172)	(43.825)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16	2.168	2.189
Provisão para perda de estoque		531	456
Variações monetárias e juros - líquido	12	16.218	16.242
Baixa de custo de transação de empréstimo	12	3.526	(265)
Provisão para contingências	15	6.738	5.644
 (Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		(882)	58
Depósitos judiciais		(13.047)	(11.234)
Impostos a recuperar		(21.359)	(4.503)
Outras contas a receber		3.870	(7.703)
Despesas antecipadas		(96)	392
Partes relacionadas		(18.104)	(11.475)
Fornecedores		(35.995)	24.869
Outras contas a pagar		5.401	(2.329)
Impostos e contribuições a recolher		(3.321)	(6.290)
Juros pagos		(48.080)	(45.359)
Juros pagos - Custo de Transação		(5.174)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(158.778)</u>	<u>(83.133)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		31.989	34.265
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(785.034)	(520.577)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	10	3.060	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(749.985)</u>	<u>(486.312)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento na emissão de ações preferenciais	15	10.605	-
Captação de AFAC com acionistas		420.000	203.229
Emissão de debêntures conversíveis		-	800.000
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas		60.069	37.024
Obtenção de financiamentos com BNB FNE	12	-	26.648
Amortização de financiamentos com o BNB-FNE	12	(12.764)	(10.714)
Amortização de financiamentos com o BNB-M.ATUAL	12	(2.306)	-
Amortização de financiamentos com partes relacionadas		-	(169.894)
Amortização de financiamentos com o Itaú (FINAME)	12	(2.450)	(1.092)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>473.154</u>	<u>885.201</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(435.609)</u>	<u>315.756</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		511.586	195.830
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		75.977	511.586
 AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(435.609)</u>	<u>315.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transnordestina Logística S.A.
 (“Empresa em Fase de Construção”)
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas	<u>3.060</u>	<u>3.337</u>
Outras receitas	3.060	3.337
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(14.438)</u>	<u>(14.063)</u>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(531)	(256)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.050)	(1.806)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-
Outras - materiais de consumo Adm./Com. e outros	<u>(11.857)</u>	<u>(12.001)</u>
Valor adicionado bruto	(11.378)	(10.726)
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(2.168)</u>	<u>(2.189)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(13.546)	(12.915)
Valor adicionado recebido em transferência	<u>3.114</u>	<u>3.725</u>
Receitas financeiras	<u>3.114</u>	<u>3.725</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(10.432)</u>	<u>(9.190)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>(10.432)</u>	<u>(9.190)</u>
Pessoal	<u>17.229</u>	<u>13.708</u>
Remuneração direta	13.460	7.026
Benefícios	3.132	6.112
FGTS	637	570
Impostos, taxas e contribuições	<u>2.088</u>	<u>2.596</u>
Federais	1.555	2.116
Estaduais	533	480
Municipais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	<u>21.423</u>	<u>18.331</u>
Juros	16.218	16.242
Outras	5.205	2.089
Remuneração de capitais próprios	<u>(51.172)</u>	<u>(43.825)</u>
Prejuízo do exercício	(51.172)	(43.825)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Transnordestina Logística S.A. (Companhia) tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 18, acordo de concessão.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado “Projeto Transnordestina”.

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente para este projeto é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 230 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2015 foram investidos no projeto o montante de R\$ 6,110 bilhões (R\$ 5,241 bilhões em 31 de dezembro de 2014), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 364 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,065 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A R\$ 953 milhões e Companhia Siderúrgica Nacional R\$ 1,323 bilhões.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões.

Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II, englobando 3 (três) Estados da Federação, com uma extensão total de 1.753 km.

Em 11 de março de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Civilport Engenharia Ltda. (“Civilport”) executar as obras nos lotes EMT01 a EMT05, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE). A TLSA e a Civilport mantiveram tratativas relacionadas a divergências havidas em torno da execução das obras da infraestrutura dos lotes EMT-01 a EMT-05 do Projeto Transnordestina. Ajustou-se, em decorrência da descontinuidade do contrato, e com o objetivo de assegurar a tempestiva liberação do local, que a Civilport efetivasse a desmobilização até o dia 31.10.15. Com relação aos lotes 04 e 05, a TLSA já contratou nova empresa para dar continuidade ao projeto.

Em 28 de agosto de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. executar as obras nos lotes EMT06 e EMT07, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE).

Em 03 de novembro de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Construtora Marquise S.A. executar as obras nos lotes MVP01 ao MVP03, e em 23 de outubro de 2015 para o lote MVP04, situados no trecho de Missão Velha (CE) até o Porto de Pecém (CE), dando continuidade à implantação do projeto.

Em 31 de dezembro de 2015, o estágio das obras nos trechos da Malha II apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 423 quilômetros com avanço de 52%, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) – extensão total de 544 quilômetros, com avanço de 49% e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527 quilômetros com avanço de 12%.

Continuidade operacional

Em decorrência da cisão, a Companhia está em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma atualmente aprovado, cujo término da obra está previsto para janeiro de 2017, encontra-se atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. O Projeto Transnordestina conta com recursos de seus acionistas e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 206.422.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (Impairment).
- Nota 14 – Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais finalizadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de softwares : 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.* Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.* O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	<p>"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39.</p> <p>A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.</p> <p>A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.</p>	2018
IFRS15	<p>"Receita de contratos com clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.</p> <p>A norma substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18-Receitas e correspondentes interpretações.</p>	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

o. IFRIC 12 - Service Concessions Agreements (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 – Service Concessions Agreements, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; ii) determinação de preço; e iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – Service Concessions Agreements e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	711	2.441
Aplicações financeiras	<u>75.266</u>	<u>509.145</u>
Total	<u>75.977</u>	<u>511.586</u>

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 99% a 101% do CDI- Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2015.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

5 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras no montante de R\$ 137.771 (R\$ 128.839 em 31 de dezembro de 2014), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato, nos anos de 2027 e 2028, respectivamente, e remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Estoques

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Almoxarifado	<u>649</u>	<u>298</u>
Total	<u>649</u>	<u>298</u>

7 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ICMS	33.258	29.802
ICMS sobre ativo imobilizado	48.052	52.242
COFINS	12.668	12.137
COFINS sobre ativo imobilizado	9.928	10.353
PIS	2.885	2.775
PIS sobre ativo imobilizado	2.232	2.319
IRPJ sobre aplicação financeira	30.565	13.518
INSS	4.544	-
Outros	<u>985</u>	<u>612</u>
Total	<u>145.117</u>	<u>123.758</u>
Circulante	5.556	612
Não circulante	<u>139.561</u>	<u>123.146</u>
Total	<u>145.117</u>	<u>123.758</u>

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

8 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo capitalizadas mensalmente.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, bem como, de seguros de

Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	BNDES	VALEC	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Encargos capitalizados acumulados (a)	86.969	28.846	94.016	-	209.831	146.795
Serviços compartilhados e outros (b)	-	29.579	-	-	29.579	15.066
Passivo						
Empréstimos e Financiamentos (c)	-	-	310.587	-	310.587	296.823
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)	-	-	-	220.000	220.000	3.229
Contrato de mútuo (e)	222.726	133.285	-	-	356.011	249.607
Resultado					31/12/2015	31/12/2014
Receitas com serviços compartilhados	-	9.056	-	-	9.056	9.057

- (a) **Encargos capitalizados** – Referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e mútuos captados para aplicação no Projeto Transnordestina contabilizados no ativo imobilizado.
- (b) **Serviços Compartilhados e outros** – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por vendas e reembolso de despesas.
- (c) **BNDES** - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota nº 12 para detalhes adicionais.
- (d) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital** - AFAC efetuado pelos acionistas.
- (e) **Contrato de mútuo** - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 112% do CDI e IOF.

b. Honorários da diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Benefícios de curto prazo para administradores	3.773	2.107

10 Imobilizado

	<u>Taxa anual de depreciação (% a.a.)</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imobilização em andamento	-	<u>7.009.515</u>	<u>5.757.372</u>

Movimentação

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas*</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Imobilização em andamento - Geral	<u>5.757.372</u>	<u>1.255.203</u>	<u>(3.060)</u>	<u>7.009.515</u>

* Valor referente à venda de equipamentos e utensílios, os quais não serão mais utilizados durante a execução da obra.

	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>
Imobilização em andamento - Geral	<u>5.087.629</u>	<u>669.743</u>	<u>5.757.372</u>

De acordo com a Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 20, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 269.582 (R\$ 137.315 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. A totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrada nas obras em andamento.

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (Impairment) na data base de 31 de dezembro de 2015 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio que não divergem do seu valor contábil; ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderiam afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos.

11 Fornecedores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedor para aquisição de imobilizado	<u>211.662</u>	<u>57.419</u>

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas pela Companhia, mencionadas na nota explicativa nº 1.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 31 de dezembro de 2015:

<u>Fornecedor</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Construtora Marquise	87.555	404
Sumont Montagens e Equipamentos	37.473	815
Via Magna Construções	26.677	606
TFT Empresa de Transportes	3.433	1.718
Outros fornecedores diversos	<u>56.523</u>	<u>53.876</u>
Total	211.662	57.419

12 Financiamentos e empréstimos

<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	310.587	296.823
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	317.985	335.762
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	<u>16.291</u>	<u>18.752</u>
Total			644.863	651.337
(-) Circulante			<u>(37.165)</u>	<u>(34.558)</u>
Não circulante			<u>607.698</u>	<u>616.779</u>

Movimentação

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Atualização</u> <u>Financeira (*)</u>	<u>Amortização</u> <u>de principal</u>	<u>Amortização</u> <u>de juros</u>	<u>Custo de</u> <u>transação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
BNDES (a)	296.823	22.622	-	(7.210)	(1.648)	310.587
BNB (b)	335.762	31.671	(15.070)	(34.378)	-	317.985
Banco Itaú (c)	<u>18.752</u>	<u>891</u>	<u>(2.450)</u>	<u>(902)</u>	-	<u>16.291</u>
Total	<u>651.337</u>	<u>55.184</u>	<u>(17.520)</u>	<u>(42.490)</u>	<u>(1.648)</u>	<u>644.863</u>

(*) A atualização financeira inclui R\$ 38.966 capitalizado e R\$ 16.218 de despesa de juros.

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições /</u> <u>Liberações</u>	<u>Atualização</u> <u>Financeira (*)</u>	<u>Amortização</u> <u>de principal</u>	<u>Amortização</u> <u>de juros</u>	<u>Custo de</u> <u>transação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>
BNDES (a)	279.283	-	17.805	-	-	(265)	296.823
BNB (b)	319.765	26.648	30.338	(10.714)	(30.275)	-	335.762
Banco Itaú (c)	<u>19.844</u>	<u>-</u>	<u>996</u>	<u>(1.092)</u>	<u>(996)</u>	<u>-</u>	<u>18.752</u>
Total	<u>618.892</u>	<u>26.648</u>	<u>49.139</u>	<u>(11.806)</u>	<u>(31.271)</u>	<u>(265)</u>	<u>651.337</u>

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros serão pagos mensalmente a partir de julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro a partir de julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não realizou amortização e não havia recebido novas liberações de recursos.

Cronograma de desembolsos BNDES

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	16.713
2016	6.984	14.544
2017	11.015	14.544
2018	11.015	14.544
2019 a 2033	<u>281.573</u>	<u>236.478</u>
Total	<u>310.587</u>	<u>296.823</u>

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 2011). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 34.378 (R\$ 30.275 em 31 de dezembro de 2014) a título de encargos financeiros e de R\$ 15.070 (R\$ 10.714 em 31 de dezembro de 2014) a título de principal.

Cronograma de desembolsos BNB

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	18.843
2016	27.667	26.602
2017	26.602	26.602
2018	26.602	26.602
2019 a 2027	<u>237.114</u>	<u>237.113</u>
Total	<u>317.985</u>	<u>335.762</u>

c. Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 902 (R\$ 996 em 31 de dezembro de 2014) a título de encargos financeiros e de R\$ 2.450 (R\$ 1.092 em 31 de dezembro de 2014) a título de principal.

Cronograma de desembolsos Itaú

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	2.501
2016	2.514	2.474
2017	2.474	2.474
2018	2.474	2.474
2019 a 2022	<u>8.829</u>	<u>8.829</u>
Total	<u>16.291</u>	<u>18.752</u>

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

13 Debêntures

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$ 3.726.315 (R\$ 3.504.263 em 31 de dezembro de 2014), conforme a seguir:

	Data da emissão	Quantidade	Principal na data da emissão	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2015	Saldo atualizado em 31/12/2014
1ª Emissão	09/03/2010	336.647.184	336.647	128.969	465.616	437.867
2ª Emissão	25/11/2010	350.270.386	350.270	113.994	464.264	436.599
3ª Emissão	01/12/2010	338.035.512	338.036	109.794	447.830	421.144
4ª Emissão	04/10/2011	468.293.037	468.293	121.932	590.225	555.055
5ª Emissão	19/09/2012	121.859.549	121.860	23.426	145.286	136.629
6ª Emissão	24/06/2013	650.000.000	650.000	95.501	745.501	701.074
7ª Emissão	11/08/2014	<u>800.000.000</u>	<u>800.000</u>	<u>67.593</u>	<u>867.593</u>	<u>815.895</u>
Total		3.065.105.668	3.065.106	661.209	3.726.315	3.504.263
(-) Circulante					<u>(1.563)</u>	<u>(1.499)</u>
Não circulante					<u>3.724.752</u>	<u>3.502.764</u>

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19/09/2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação

Saldo 31/12/2014	Atualização financeira (*)	Amortização de juros	Saldo 31/12/2015
3.504.263	227.642	(5.590)	3.726.315

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue

é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total da garantia é R\$ 9.226 mil e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876 mil. Relação das garantias:

- (a) Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- (b) Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- (c) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- (d) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- (e) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.

(f) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

14 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31/12/2015</u>			<u>31/12/2014</u>
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Cível	3.146	(1.947)	1.199	308
Trabalhistas	24.496	(22.655)	1.841	(1.244)
Tributário	-	(1.153)	(1.153)	-
Ambiental	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>27.643</u>	<u>(25.755)</u>	<u>1.888</u>	<u>(936)</u>

Movimentação dos processos no exercício

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Utilização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/12/2015</u>
Cíveis (a)	2.255	899	-	(8)	3.146
Trabalhistas (b)	11.650	17.936	(2.133)	(2.957)	24.496
Ambiental	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Total	<u>13.905</u>	<u>18.836</u>	<u>(2.133)</u>	<u>(2.965)</u>	<u>27.643</u>

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012. Em 19/05/2014, juntada de depósito judicial elisivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31/07/2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 2.196.

(b) Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante provisionado de R\$ 24.496, dos quais R\$ 14.943 estão relacionados à cobrança de horas extras e encargos. Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o

montante de R\$ 22.655. Essas ações são provenientes de reclamatórias de ex-colaboradores da CNO e EIT, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 118.248, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra a Aliança, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho contra a Aliança, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais. Destacamos abaixo as principais causas:

- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2015 é no montante de R\$ 3.860 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2014).

- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2015 é no montante de R\$ 3.519 (R\$3.175 em 31 de dezembro de 2014).

- Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0896984-80.2014.8.06.0001, em curso na 23ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2015 é no montante de R\$ 24.894 (R\$23.172 em 31 de dezembro de 2014).

- Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de São José do Belmonte-PE, AI nº 001/ISSQN/2012 e nº 001/ISSQN/2013 referentes ao município de Custódia-PE e AI nº 001/ISSQN/2013 referente a Ouricuri-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 56, R\$ 14.681 e R\$ 652 respectivamente (R\$ 12.530, R\$ 9.686 e R\$ 15.482 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

- Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia – PE, geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 17.849 e R\$ 6.457 respectivamente (R\$ 15.847 e R\$ 5.732 em 31 de dezembro de 2014).

- Ação nº 1018602-28.2014.8.26.0100 de cobrança proposta contra a TLSA relacionada à execução das obras e serviços correspondentes a implantação da superestrutura do trecho da ferrovia Transnordestina entre as cidades de Missão Velha/CE até Salgueiro/PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 1.164 (R\$ 2.034 em 31 de dezembro de 2014).

- Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. A Execução Fiscal encontra-se suspensa até o julgamento de Embargos à Execução nº 0000116-59.2013.8.17.1470, apresentado após a garantia da Execução Fiscal através da Carta de Fiança. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 2.866 (R\$ 2.545 em 31 de dezembro de 2014).

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 42.443.708 ações nominativas, no valor de R\$ 2.896.505 (38.470.556 em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 2.682.671), sendo 22.969.828 ações ordinárias (22.909.814 em 31 de dezembro de 2014) e 19.473.880 ações preferenciais (15.560.742 em 31 de dezembro de 2014), sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	31/12/2015		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	22.761.085	1.397.545	24.158.630
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	1.557.818	1.766.561
BNDES	-	2.386.777	2.386.777
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	13.565.985	13.565.985
Total	<u>22.969.828</u>	<u>19.473.880</u>	<u>42.443.708</u>

	31/12/2014		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	22.701.071	1.397.545	24.098.616
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	1.557.818	1.766.561
BNDES	-	2.189.729	2.189.729
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	9.849.895	9.849.895
Total	<u>22.909.814</u>	<u>15.560.742</u>	<u>38.470.556</u>

A movimentação das ações do capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu da seguinte forma:

	Quantidade de ações		
	Saldo em	Adições	Saldo em
	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2015</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	24.098.616	60.014	24.158.630
BNDES Participações – BNDESPAR	1.766.561	-	1.766.561
BNDES	2.189.729	197.048	2.386.777
FINAME	565.755	-	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	9.849.895	3.716.090	13.565.985
Total	<u>38.470.556</u>	<u>3.973.152</u>	<u>42.443.708</u>

A movimentação de adiantamento para futuro aumento de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu da seguinte forma:

	Adiantamento para futuro aumento de capital			
	Saldo em	Aporte	Integralização de capital	Saldo em
	<u>31/12/2014</u>			<u>31/12/2015</u>
Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	3.229	-	(3.229)	-
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	420.000	(200.000)	220.000
Total	<u>3.229</u>	<u>420.000</u>	<u>203.229</u>	<u>220.000</u>

Em 24 de abril de 2015, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 3.229, mediante a emissão de 60.014 (sessenta mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 53,81 por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 02 de julho de 2015, houve um aumento de R\$ 10.605, mediante a emissão de 197.048 (cento e noventa e sete mil e quarenta e oito) ações preferenciais da classe B, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 53,82, as quais são totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, que em 20 de julho de 2015, transferiu as ações para o BNDES.

Na mesma data, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 25.000, mediante a emissão de 464.511 (quatrocentas e sessenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais da classe A, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 53,82, as quais são totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A..

Em 06 de outubro de 2015, houve um aumento de R\$ 175.000, mediante a emissão de 3.251.579 (três milhões, duzentos de cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e nove) ações preferenciais da classe A, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 53,82 as quais são totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A..

b. Reservas

- *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Dividendos*

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 conforme o quadro abaixo:

			<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Prejuízo básico por ação</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(51.172)	(43.825)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício	22.950.824	16.617.614	<u>39.568.437</u>	<u>36.044.549</u>
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)	-	-	<u>(1,2933)</u>	<u>(1,2159)</u>
			<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Prejuízo diluído por ação</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	-	-	(51.172)	(43.825)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	22.950.824	16.617.614	<u>39.568.437</u>	<u>36.044.549</u>
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)	-	-	<u>(1,2933)</u>	<u>(1,2159)</u>

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	<u>33.014</u>	<u>30.491</u>

16 Despesas por natureza

<i>Despesas administrativas e gerais</i>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Folha de pagamento	(18.497)	(14.779)
Material	(60)	(233)
Serviço	(3.568)	(3.235)
Depreciação e amortização	<u>(2.168)</u>	<u>(2.189)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(24.293)</u>	<u>(20.436)</u>
 <i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>		
Provisão para contingências	(6.738)	(5.644)
Multas	(100)	(1.021)
Outras receitas e (despesas)	1.859	(48)
Baixa de ativo	(3.060)	(837)
Provisão para perda de estoque	<u>(531)</u>	<u>(456)</u>
Total das outras despesas operacionais	<u>(8.570)</u>	<u>(8.006)</u>

17 Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	3.967	3.709
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(899)	-
Outros	<u>46</u>	<u>16</u>
	<u>3.114</u>	<u>3.725</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.218)	(16.242)
IOF	-	(68)
Comissões de fianças bancárias	(3.848)	(2.109)
Outros	<u>(1.357)</u>	<u>(689)</u>
	<u>(21.423)</u>	<u>(19.108)</u>
Resultado financeiro	<u>(18.309)</u>	<u>(15.383)</u>

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

18 Acordo de concessão

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão celebrado em 22 de janeiro de 2014 será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas (ver nota explicativa nº 1). Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes passarão à condição de arrendados.

À concessionária competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como obter os financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

19 Instrumentos financeiros

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

Ativos financeiros

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>137.771</u>	<u>128.839</u>
Total	<u>137.771</u>	<u>128.839</u>

Passivos financeiros

	<u>31/12/2015</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>2-5 anos</u>	<u>Mais que 5 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	644.863	16.029	21.702	40.091	129.545	437.496
Debêntures	3.726.315	-	1.563	93.119	279.356	3.352.277
Mútuo	344.311	64.774	51.911	227.626	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>224.023</u>	<u>224.023</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.939.512</u>	<u>304.826</u>	<u>75.176</u>	<u>360.836</u>	<u>408.901</u>	<u>3.789.773</u>

	<u>31/12/2014</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>2-5 anos</u>	<u>Mais que 5 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	651.337	20.860	17.198	43.620	192.302	377.357
Debêntures	3.504.263	-	5.400	5.400	355.826	3.137.637
Mútuo	249.607	130.418	14.936	104.253	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>64.379</u>	<u>64.379</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.469.586</u>	<u>215.657</u>	<u>37.534</u>	<u>153.273</u>	<u>548.128</u>	<u>3.514.994</u>

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2015 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas informações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início das operações previsto para janeiro de 2017 e que atualmente está em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d. *Risco de liquidez*

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 19 (a).

e. *Risco de taxas de juros*

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos em CDI	221.234	637.984
Passivo em CDI	344.311	249.607
Passivos em TJLP	4.036.902	3.801.086

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 100% do CDI à taxa de 13,18% a.a. e com 112% à taxa de 14,87% a.a. e TJLP à taxa de 7% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1 (provável)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 3 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	4.036.902	TJLP a 7%	TJLP a 5,25%	TJLP a 3,5%
Despesa financeira		(282.583)	(211.937)	(141.292)
Empréstimo em CDI	344.311	CDI a 14,87%	CDI a 11,15%	CDI a 7,44%
Despesa financeira		(51.199)	(38.399)	(25.600)
Aplicações Financeiras em CDI	221.234	CDI a 13,18%	CDI a 16,48%	CDI a 19,77%
Receita financeira		29.159	36.448	43.738
<u>Variação negativa</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1 (provável)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 3 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	4.036.902	TJLP a 7%	TJLP a 8,75%	TJLP a 10,5%
Despesa financeira		(282.583)	(353.229)	(423.875)
Empréstimo em CDI	344.311	CDI a 14,87%	CDI a 18,59%	CDI a 22,31%
Despesa financeira		(51.199)	(63.999)	(76.799)
Aplicações Financeiras em CDI	221.234	CDI a 13,18%	CDI a 9,89%	CDI a 6,59%
Receita financeira		29.159	21.869	14.579

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 com vigência: 11 de outubro de 2012 a 20 de janeiro de 2016 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1.000.000 e sublimite para danos da natureza de R\$ 50.000, com vigência até janeiro de 2016.

21 Compromissos Futuros

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Transnordestina para janeiro de 2017, que atualmente está em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis, a Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos já assinados para prestação de serviços futuros, bem como, um Memorando de Entendimento, em vista a transportar minério cujo volume poderá atingir 15MM/ton ano.

22 Transações que não afetaram caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Ativo imobilizado</u>		
Encargos capitalizados (financiamentos)	38.966	32.897
Encargos capitalizados (debêntures)	227.642	126.446
Encargos capitalizados (mútuo)	40.415	24.571
Rendimentos capitalizados	(40.921)	(46.599)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	190.238	-
Reconhecimento de provisão para riscos capitalizada	9.132	9.897
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	4.697	5.490
<u>Demais áreas</u>		
Integralização com AFAC	203.229	400.000
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(2.133)	(3.536)
Estorno da provisão IR a recolher	5.920	-

* * *

Ciro Ferreira Gomes
Diretor Presidente

Edgard Torres dos Reis Filho
Diretor de Finanças e Administração

Edison Pinto Coelho
Diretor de Planejamento e Engenharia

Arno Schwarz
Conselheiro

Benjamim Steinbruch
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Antônio Bernardo Vieira Maia
Conselheiro

Meg Sarkis Simão Rosa
Conselheira

Marília Dalva Costa Vieira
Conselheira

Alex Augusto Sanches Trevisan
Conselheiro

Fernando Botelho Assunção
CRC CE nº 023494/O-4
Contador Responsável